



**Movimento Nacional**  
Pró Convivência Familiar e Comunitária

## **Reunião do Grupo Gestor do Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária 10/03/2025**

No dia 10 de março de 2025 às 14:00h, por meio da Plataforma google meet, foi realizada uma reunião do Grupo Gestor do MNPCFC com os seguintes participantes: Ivan Ferreira; Gilcilene Almeida; Amparo Seibel; Dalizia Amaral; Débora Vigevani; Jhonatan Hannay; Leonardo Fontes; Lorenzo Delaine; Patrick Reason; Suzana Moraes; e Raum Batista; da equipe da Providens esteve presente Leonardo Fontes.

Ivan Ferreira iniciou a reunião dando boas-vindas a todos e, na sequência, informou que Fernanda Flaviana, Secretária do MNPCFC, não estaria presente em decorrência a outra agenda e, por isso, ele conduziria o encontro do Grupo Gestor (GG). Ele exibiu a canção “Macaquinho” de Bia Bedran, destacando a importância de desacelerar e dar mais atenção as emoções e momentos vivenciados no dia a dia. //////////////////////////////////////

Posteriormente, Ivan deu continuidade à reunião, abordando sobre a **Atualização do Plano Nacional** (consulta pública). Ele destacou que foram realizadas 899 contribuições em todo o Brasil e, deste total, cerca de 280 partiram de representantes do Movimento Nacional, o que equivale a 31%. No que se refere a natureza das contribuições, Ivan salientou que elas foram variadas, se relacionando tanto a ortografia e redação do texto, como inclusões, retiradas e alterações dos temas apresentados. Ele afirmou que as propostas realizadas pelo Movimento foram extraídas e compiladas em um documento a parte que, posteriormente, será organizado e destacado conforme cada GT. Leonardo Fontes destacou que as demais propostas podem ser acessadas pelo Gov.br, a partir do nome e CPF das pessoas que as registraram e que vai compartilhar o documento com as 280 contribuições realizada pelos representantes do MNPCFC. Ivan solicitou ao GG para avaliar se alguma proposta foi deixada de fora da contagem. Débora Vigevani agradeceu ao Leonardo e Ivan pelas informações apresentadas, destacando que tinha entendido que cada GT produziria um documento reunindo as propostas elaboradas, para facilitar este processo. Ela afirmou que será interessante analisar as propostas enviadas, mas questionou se vale a pena seguir realizando esta sistematização, uma vez que a Comissão Conjunta do CONANDA e CNAS vai analisar e classificar as propostas. Ivan afirmou que não foi possível fazer uma análise mais aprofundada das propostas, mas que a Idea seria classificar de acordo com cada Eixo, sugerindo que cada GT faça esta divisão. Ele destacou, assim como Débora, ser necessário pontuar



**Movimento Nacional**  
Pró Convivência Familiar e Comunitária

se o mapeamento é pertinente e interessante para todos. Suzana Pellegrini concordou com Débora, destacando que muitas pessoas estão envolvidas nesse processo de análise e categorização das propostas e que talvez seja um esforço desnecessário por parte do Movimento. Jonathan Hannay concordou, afirmando que o MNPCFC já realizou a participação que lhe cabia, construindo e enviando as contribuições para o Plano Nacional. Débora reforçou que havia entendido que a ideia inicialmente proposta, seria cada GT enviar um documento com as contribuições elaboradas para que todos tivessem ciência do que foi enviado. Ivan afirmou que as muitas propostas se relacionaram a correções ortográficas e de texto, mas que os GTs trouxeram inclusões de questões que não haviam sido trazidas no Plano e, por se tratarem de uma quantidade menor, poderiam ser sistematizadas. Destacou que o “GT Prevenção” e o “GT Acolhimento Institucional” possuem este documento e, caso os membros acreditem que seja interessante, ele poderia realizar esta sistematização para os demais GTs. Os membros concordaram. Posteriormente, Patrick Reason perguntou qual o prazo para a sistematização por parte do CONANDA e do CNAS. Débora Vigevani afirmou que a Luciana Pires vai iniciar a sistematização das informações da Consulta Pública no final do mês de março de 2025, com previsão de finalização em setembro de 2025. A partir disso, destacou, que a previsão é que o Plano Nacional seja totalmente finalizado em outubro, mês das crianças. Patrick afirmou que o prazo é razoável, mas que não será possível realizar a deliberação conjunta entre os Conselhos em apenas um mês. Desta forma, segundo ele, caso a sistematização das informações da consulta pública seja realizada em setembro, a versão final do Plano não será finalizada em outubro. Por fim, Patrick sugeriu solicitar a Débora ou a Comissão que a parte específica de Prevenção seja finalizada até junho para que ela seja discutida no Seminário do Movimento. Na sequência, Jonathan perguntou para Débora se as Conferências das Crianças e Adolescentes têm previsão para acontecer. Débora afirmou que a Conferência Nacional de Assistência Social será realizada no final de 2025, tendo o objetivo de discutir sobre o Plano Nacional em sua versão online, uma vez que a versão impressa demandaria um processo mais longo de diagramação e utilização de recursos. Em relação a Conferência da Criança e do Adolescente, ela afirmou que a previsão é que ela seja realizada no final de 2026. No que se refere a fala do Patrick, Ivan afirmou que a sugestão é interessante, questionando a Dalízia e Débora se até junho seria possível ter um documento que



pudesse ser considerado “minimamente oficial”, ou seja, que possuísse uma validação institucional e já estivesse caminhando para uma aprovação. Por fim, perguntou quais as etapas de fechamento do documento após a sistematização que será realizada por Luciana Pires. Débora afirmou que o cronograma ainda está sendo definido, mas acredita que em junho não será possível disponibilizar um texto final. Ela salientou que Luciana, juntamente com a equipe do MDS e membros da Comissão Conjunta, vai classificar as propostas, indicar e justificar se elas devem ser incorporadas ao documento final. Posteriormente, a Comissão realizará a aprovação. Por fim, Débora reafirmou que uma versão final para junho não será possível, mas acredita que o documento final não será muito diferente da versão apresentada para a Consulta Pública e, por isso, os princípios e diretrizes presentes nela podem ser discutidos no Seminário. Patrick destacou que o Eixo de Prevenção sofrerá mais alterações, se comprado aos demais que já estavam mais amadurecidos. Nesse sentido, perguntou se há uma previsão para finalização apenas deste Eixo para o mês de junho, ou se há a possibilidade de ser realizado um feedback em relação as alterações, para que o diálogo do Seminário esteja alinhado com o que vai se refletir no Plano Nacional. Débora afirmou ser possível trabalhar no sentido de construir uma interlocução, de modo que a sistematização das propostas do Eixo de Prevenção seja priorizada inicialmente para ter uma visão mais clara de como será construída sua versão final. Ela questionou se as propostas enviadas pelos GT Prevenção foram detalhadas, seguindo a estrutura do Plano com “Objetivos”, “Temáticas” e “Estratégias”; ou se elas corresponderam a indicações mais abrangentes do que poderia ser acrescentado. Debora destacou que muitas propostas enviadas, de modo geral, são genéricas, demandando um trabalho maior para construí-las, o que dificultaria este alinhamento até o mês de junho. Raum Batista afirmou que vai compartilhar com o Grupo as propostas elaboradas, destacando, porém, que as contribuições foram pontuais, não havendo uma proposta de redação de texto. Ivan afirmou que o GT Prevenção apresentou propostas mais robustas e detalhadas, apesar de não seguirem exatamente a estrutura do Plano. Débora salientou que pode haver um esforço para o mês de junho, mas que é difícil determinar com certeza se será possível. Lorenzo Delaini destacou que as propostas do GT Prevenção têm um foco claro, sugerindo solicitar um esboço dos aspectos trabalhados até junho, para ser discutido no Seminário. Ele reforçou que discutir sobre o que já está sendo elaborado pode





**Movimento Nacional**  
Pró Convivência Familiar e Comunitária

nos casos em que não seja possível crianças e adolescentes ficarem com a família de origem, após realizado todo o esforço e investimentos, elas deve ser direcionada para a família extensa reconhecida pela sociedade e estados. Somente quando todas as demais possibilidades forem esgotadas, as crianças e adolescentes devem ser direcionadas para o acolhimento familiar e, caso não haja outras possibilidades, o acolhimento institucional. A partir disso, Jonathan afirmou que o GT Prevenção pensou em sugerir, nesse momento de revisão do Plano Nacional, a criação de duas áreas de atenção dentro do “Eixo de Prevenção”, visto que há uma prevenção contra o acolhimento e contra a adoção. Nessa perspectiva, destacou que o Movimento Nacional está descumprindo com o que deveria fazer, quando direciona 80% das discussões, debates e eventos para a alta complexidade e cerca de 20% para a Proteção Social Básica e Média Complexidade. Na sequência, Lorenzo Delaini afirmou que as reflexões do GT Prevenção, estão se norteando nesta temática, uma vez que, há um leque de oportunidades que são importantes, mas devem ser pensadas de uma forma hierárquica. Ele destacou que historicamente esse caminho foi iniciado pelo acolhimento institucional e com o tempo o acolhimento familiar foi fortalecido e a adoção passou a ter uma série de critérios necessários, mas apesar da importância e necessidade que se entende que a prevenção possui e o seu lugar na hierarquia, muito trabalho se direciona as outras modalidades, sendo necessário um esforço maior para as políticas e trabalhos direcionados à permanência das crianças e adolescentes na família de origem e extensa. Nessa perspectiva, destacou ser necessário que o Movimento desenvolva seu trabalho entendendo que esta é a prioridade, conforme previsto no ECA, Constituição, Convenção e demais legislações; assim como externamente à necessidade de ter esta clareza. Posteriormente, Ivan afirmou que a discussão levantada por Jonathan no GT Prevenção é pertinente, acrescentando que o termo “prevenção” está ligado a prevenção ao rompimento dos vínculos familiares e comunitários, em que a violência é um dos pontos de atenção para esta questão, sendo necessário avançar no fortalecimento da diretriz da Convivência Familiar e Comunitária. Somado a isso, destacou que o leque de opções é importante para o processo de implementação de políticas públicas mais qualificadas, em que se tem opções diferentes da oferta do serviço. Porém, questionou até que ponto o trabalho com famílias está entrando apenas como leque ou como uma opção de proposta de organização do serviço, quando na realidade deveria ser uma



**Movimento Nacional**  
Pró Convivência Familiar e Comunitária

diretriz da garantia da convivência familiar e comunitária. Segundo ele este trabalho deveria estar em primeiro lugar no processo de implementação de serviços e programas de atendimento a crianças e adolescentes e suas famílias, no que diz respeito a convivência familiar e comunitária. Raum Batista afirmou que o Plano Nacional dá um grande destaque a “Prevenção à Riscos”, o que dá a entender que as crianças estão sempre em risco dentro das famílias. Ademais, salientou que o MNPCFC foi criado e apoiado pelo Secretaria Nacional da Alta Complexidade, bem como as organizações que o compunham, em sua maioria, também eram da Alta Complexidade e, com o tempo, outros parceiros foram sendo incorporados e a discussão relacionada à prevenção e apoio das crianças que estão em suas famílias de origem, foi desenvolvida. Porém, Raum destacou a necessidade de haver uma ampliação deste debate para além do risco. Suzana Pellegrini afirmou que se faz necessário tentar estruturar um grupo de trabalho para falar deste tema e produzir. Ela destacou que o GINFE foi importante por conseguir produzir um documento que se relaciona mais especificamente sobre a família extensa, sendo necessário, haver uma ampliação e produzir algo que aborde, de maneira mais ampla, sobre o trabalho com famílias. Por fim, Suzana sugeriu haver um trabalho semelhante ao realizado pelo Movimento quando ele ainda era um Grupo de Trabalho, em que foram realizadas oficinas de estudo e elaboração, para que a criação de uma linguagem comum com um alinhamento de princípios e diretrizes que fortalecem o tema da Prevenção, educação e saúde e que representam formalmente o Movimento Nacional. Patrick afirmou que durante o Seminário de junho este tipo de debate precisa ser realizado, onde haverá a possibilidade de conversar por mais tempo, destacando que não acha interessante o discurso de que apenas a prevenção é preventiva, uma vez que ao se analisar o documento “Diretrizes Nacionais de Reinserção”, pode-se identificar elementos que promovem uma boa reinserção, assim como o trabalho voltado a prevenção. Da mesma forma, salientou que os serviços de escolha e o pré-diagnóstico são divisores de água, por se referirem ao momento de realização de uma avaliação de violações de direito. Somado a isso, destacou que a ausência de serviços mais efetivos, contribuem, inevitavelmente, para violações e que o “Cinturão de Proteção” promove ações preventivas para crianças e adolescentes. Patrick destacou que o trabalho é realizado em espaços onde há a violação de direitos e para quem atua diretamente e assiste o processo que leva a destituição do poder familiar, compreende



**Movimento Nacional**  
Pró Convivência Familiar e Comunitária

e luta por ações preventivas no território. Ele afirmou que a Política de Assistência Social é uma contrarreferência onde as demais políticas não estão atuando e, por isso, concordou com a fala de Suzana Pellegrini em trazer a educação e a saúde para discussão, por também serem importantes para a garantia de direitos e proteção das crianças e adolescentes. Ademais, salientou que os membros não estão fazendo uma injustiça ou mal trabalho no Movimento, mas em relação ao debate sobre a “Convivência Comunitária” há uma fragilidade, visto que são realizadas poucas reflexões sobre o pertencimento ao território, espaço e os laços comunitários. Destacou que há uma hierarquia da Convivência Familiar sobre a Comunitária, por haver uma maior atenção sobre os danos causados pela falta dos vínculos familiares, apesar de se ter um esforço para analisar cada realidade de forma multifuncional em todas as instâncias. Ele reforçou a necessidade da “Rede”, “Acolhimentos” e “Concentradas” fortalecerem este debate que está empobrecido em muitos momentos. Nessa perspectiva, afirmou que estas demandas unem todos do MNPCFC e que o GT 3, se refere ao Acolhimento Institucional e novas modalidades, o que inclui crianças, adolescentes, mães, meninos e meninas em situação de rua, dentre outras situações. Ele reforçou que durante o Seminário estas questões podem ser melhor trabalhadas e que prevenção está em todas as instâncias e ações protetivas, por elas possuírem os mesmos princípios que norteiam o trabalho desenvolvido. Por fim, afirmou que ao se analisar a história do Movimento, pode-se identificar que muitas das declarações e posicionamentos políticos, se relacionaram a área da destituição do poder familiar e adoção mal feitas. Na sequência, Jonathan salientou que do seu ponto de vista técnico, o acolhimento conjunto é um serviço de prevenção e que seria importante a prevenção assumir o que diz respeito a ela. Ivan agradeceu a participação de todos e salientou que este é um debate inicial e que os aspectos trazidos pelo Patrick podem ser discutidos no Seminário do Movimento. Ele concordou que a prevenção está presente nas outras áreas de atuação, mas destacou que a preocupação presente no GT Prevenção é que alguns profissionais e agentes públicos, apresentaram o trabalho com famílias como parte do leque de oportunidades, reduzindo o conceito e a capacidade que se tem de desenvolver ações que possam de fato garantir da Convivência Familiar e Comunitária. Ivan salientou que o conceito de Prevenção se relaciona a rompimento dos vínculos familiares e comunitários, sendo necessários diálogos sobre determinadas questões. Ele afirmou



**Movimento Nacional**  
Pró Convivência Familiar e Comunitária

que o ECA, com as alterações de 2009, já cita os programas que vão trabalhar para a recuperação ou não ruptura de vínculos, ou seja, ações mais efetivas são citadas pela legislação, mas é necessário ser reforçado a partir da retomada dos princípios e prerrogativas da Lei que apontam a ideia da garantia da “Convivência Familiar e Comunitária”, passando pela família de origem e a comunidade, com o objetivo de que não haja o rompimento dos vínculos. Ele reforçou que a discussão é inicial, que durante o Seminário pode ser retomada, mas que anteriormente a isso, o GG pode ser um espaço para que este debate aconteça. Raum concordou ser importante retomar este tema e afirmou que o GT prevenção está elaborando o “Guia de Prevenção” na medida do possível. Ademais destacou que o grupo vai realizar um alinhamento para elaborar um documento prévio até o evento de junho, com o objetivo de ter um panorama dos conceitos de “prevenção”, “promoção” e “convivência familiar” e já desenvolver a escrita do Guia para que ele seja finalizado até o final do ano. Suzana ressaltou a importância de todos do GG participarem e não apenas o GT Prevenção e Raum afirmou que o objetivo é que o GT inicie com o Guia, para que os demais participem das demais publicações. Ele ressaltou que, anteriormente, o MNPCFC possuía fontes de financiamento para as suas produções e como esta produção esta sendo realizada de forma autônoma, o processo está sendo mais moroso, mas o objetivo é que uma prévia já esteja pronta para o evento. Lorenzo Delaini trouxe uma indignação apontada por Maristela Cizeski acerca de um abrigo construído em Blumenau com três andares. Segundo ele, a justificativa seria o “Leque de Oportunidades”, já que a proposta seria garantir Acolhimentos Institucionais que tenham qualidade. Nesse sentido, reforçou que foi realizado, novamente, um grande investimento para esta modalidade e pouquíssimo recurso foi direcionado para os demais tipos de acolhimentos como o familiar e o conjunto, como está previsto no Plano Nacional e demais legislações. Ele destacou que a realidade das políticas públicas é muito diferente das normativas, sendo necessário reforçar a hierarquia do leque de oportunidades. Ademais, Raum destacou que, anteriormente, ficou acordado de ser debatido no GG sobre o tema “Família Extensa”, que atualmente é trabalhado no GINFE. Ele afirmou que se ainda for de interesse do grupo, pode se organizar para trazer essa discussão em uma das reuniões. Os membros concordaram que este debate seria importante. Na sequência, Patrick afirmou que o Serviço de Proteção Social Básica, dentro da Tipificação e executado pelas OSCs, é somente um serviço



**Movimento Nacional**  
Pró Convivência Familiar e Comunitária

de Convivência, tendo uma divulgação maior para a faixa etária dos 06 a 17 anos. Apesar disso, afirmou que ele está falindo e questionou se esta questão está sendo debatida dentro do GT Prevenção. Ivan afirmou que não está sendo realizada uma discussão específica sobre este tema, mas destacou ser importante debater, uma vez que o trabalho com famílias também se relaciona com o que está sendo executado pelas Organizações e pelo CRAS. Ele salientou que existem alguns adicionais, como a “Escola de Tempo Integral” que tem um formato que vai para além da questão escolar, assumindo muitos aspectos da formação pessoal, do trabalho de desenvolvimento das crianças e adolescentes, além de haver a proposta da presença de assistentes sociais e psicólogos na escola. Ivan afirmou que em Belo Horizonte, além da articulação com o CRAS e com o Centro de Saúde, há um desenvolvimento de trabalhos com as famílias, voltados a prevenção da violência e promoção dos vínculos familiares e comunitários. Destacou que apesar de estar em processo de estruturação, se refere a uma ação importante para a prevenção da violência e de ruptura de vínculos. Ele sugeriu que o GG busque compreender melhor como este trabalho tem se desenvolvido, para que haja uma discussão mais ampliada. Na sequência, Amparo Seibel afirmou que alguns municípios não estão conseguindo comprimir a meta pactuada com o Governo Federal, por conta da inserção das crianças e adolescentes nas escolas de tempo integral. Destacou que recentemente o MDS fez um documento de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e outra situação que está sendo apontada, corresponde ao vácuo das crianças de 3 a 6 anos que estão em acolhimento, uma vez que a falta de um olhar aprofundado para este público contribui para que eles fiquem sem atendimento, já que determinados serviços são oferecidos apenas a partir dos 7 anos. Ela salientou que existe um documento elaborado pelo Governo Federal e Ministério Público, sobre o reordenamento dos serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sendo interessante que o GG também se aproxime dele, com o objetivo de ampliar esta discussão. Lorenzo destacou que em João Pessoa, nenhum CRAS tem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a dois anos está funcionando apenas um serviço em parceria com a Sociedade Civil, demonstrando a fragilidade desta atuação no território. Somado a isso, afirmou ter questionamentos sobre a escola integral, já que ela possui uma lógica neoliberal ao invés de ter uma visão

